

## Economia da Cultura e Consumo Cultural (Parte 3)

JULIO LUCCHESI MORAES (\*)

JOSÉ ALESSANDRO MARTINI SAMPAIO (\*\*)

### 1 Introdução

Neste artigo, damos continuidade às discussões sobre os limites e potencialidades das pesquisas no subcampo da Economia da Cultura em seus diálogos com textos e autores de outras áreas das Ciências Humanas. No artigo passado, apresentamos as visões de autores que colocam o consumo cultural como um elemento essencial de formação da ordem social por um viés negativo – o da dominação. Agora é a vez de apresentarmos uma ativação positiva do tema, centrando nossa argumentação na discussão das potencialidades das políticas culturais. Como veremos, o tema é bastante amplo, sendo recorrentemente revisitado em conferências e debates de organizações internacionais, como a **Agenda 21 da Cultura** das Nações Unidas.

O ponto central de nossa discussão será mostrar a relevância das políticas públicas ligadas ao tema. Veremos também as dificuldades quanto à condução e avaliação dessas políticas, sobretudo no que tange à mensuração de sua “positividade”.

### 2 O Conceito de Política Cultural

Ao contrário do que se pode imaginar, o conceito de política cultural é bastante recente. Se outras áreas da economia – a agricultura ou o setor da indústria pesada, por exemplo – já tinham diretrizes bastante claras de políticas no setor, foi somente no final dos anos 1960 que o conceito foi introduzido pela UNESCO no âmbito da cultura (REIS, 2007, p. 139).

Se bem que esta chancela do termo por uma organização internacional não traga, em si, nenhuma modificação material no campo das políticas públicas, é inegável reconhecer sua importância. Isso porque as discussões e debates de tais organismos sobre o tema apontam para o estabelecimento de um rol de critérios de normatividade para a condução de políticas na área cultural. Trata-se, em grande medida, de buscar uma linha de diretrizes positivas num mar de especificidades locais.

A tarefa não é simples, justamente pela inexistência de critérios normativos universais, isto é, a

própria instância de determinação e avaliação das políticas culturais está, ela própria, inserida em um contexto cultural específico.<sup>1</sup> Vem se somar a isto a particular dificuldade de se mensurar o mundo cultural, tornando mais difíceis as avaliações de êxito ou fracasso de certa política. Ante um quadro tão complexo, como apontar uma saída positiva? Isto é, seria possível superar a pura arbitrariedade de propostas e políticas no campo cultural?

Uma primeira saída teórica seria promover a aproximação do ferramental econômico tradicional ao universo cultural. Já citamos, em artigo anterior, um exemplo de tal tipo de aproximação quando consideramos a questão das políticas públicas de identidades culturais um problema de ordem **distributiva** (MORAES, 2010, p.23).

Mas uma simples redistribuição material (via renda, cotas, auxílios, tombamentos etc.) não altera, por si só, o quadro social do todo. O risco da arbitrariedade (ou da já exposta dominação) continua existindo. Por outro lado, seria possível

conceber uma política cultural de natureza verdadeiramente emancipatória, capaz de pensar uma distribuição de ordem maior, simbólica e inclusiva.

Como se pode perceber desta rápida introdução, o tema está longe de ser neutro ou consensual. Felizmente, não tem faltado à Academia uma série de documentos e reflexões contemporâneas que discutem o tema. A Agenda 21 da ONU é uma delas, configurando-se um daqueles importantes documentos balizadores de políticas públicas no campo cultural.

### 3 Cultura e Direitos Humanos: a Agenda 21 da Cultura

A Agenda 21 da Cultura é um plano de ação das Nações Unidas que visa estabelecer as bases de um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural. Este documento, que foi assinado em 2004 em Barcelona no marco do Fórum Universal das Culturas, tem como fundamento a orientação das políticas públicas de cultura. É um plano que não apenas eleva a importância da cultura, mas reconhece os direitos culturais como parte indissociável dos direitos humanos, colocando os governos como agentes capitais para a promoção de cultura. Com relação aos bens culturais, podemos entender o documento como um reconhecimento do papel fundamental do Estado como o grande

responsável pela oferta desses bens.

Em uma análise econômica da questão, pode-se dizer que o órgão internacional reconhece as características de bens públicos que os bens culturais possuem. Dessa forma, a presença do Estado garante, no limite, que eles sejam ofertados. Os bens culturais, de uma forma geral, possuem características que os diferenciam de bens normais e, mais do que isso, são a materialização do patrimônio da humanidade. Ainda no documento da ONU, temos a afirmação de que a realização das atividades culturais serve para o desenvolvimento humano integral, e coloca a cultura como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável.

Dentro do que nos compete nessa série de artigos, e das visões que temos trazido sobre a função do consumo cultural, o posicionamento da Agenda 21 traz para a discussão a função “positiva” específica da realização do bem cultural, a saber, seu entrançamento com a questão do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos. De maneira mais ampla, trata-se da promoção de algo como uma cidadania cultural, o estabelecimento de um conjunto de regras e comportamentos sociais que possibilitem o desenvolvimento presente de uma geração, e que ela possa entregar para as gerações futuras um patrimônio que as possibilitem

desfrutar do capital cultural da humanidade, perpetuá-lo e ampliá-lo.

Tal visão, positiva e certamente ativa do ponto de vista das funcionalidades do consumo cultural difere em grande medida das discussões que trouxemos anteriormente, transferindo o ponto de gravidade da discussão para a constituição de um meio cultural organizado e funcional, capaz de suprir as necessidades locais de cada comunidade na promoção da cultura.

### 4 Conclusão

O artigo deu continuidade às discussões teóricas sobre o tema do consumo cultural e da economia da cultura em seu diálogo com outras áreas das Humanidades. O enfoque do presente texto foi um possível viés “positivo” do consumo cultural. Iniciamos nossa argumentação falando do conceito de política cultural, tema, ele próprio, não isento de dificuldades. Isto porque a própria avaliação normativa de uma política cultural e subsequentemente de sua “positividade” não é algo simples.

Vimos, por outro lado, que agências e organismos internacionais vêm tentando balizar o debate, promovendo encontros, propostas e agendas internacionais capazes de subsidiar os governos locais com critérios para a condução e avaliação de políticas públicas no campo. O exemplo do qual nos valemos

foi a Agenda 21 da Cultura. Nela, a cultura é descrita como algo tão fundamental quanto os direitos humanos, competindo às sociedades, a partir dos seus governos, uma contínua tarefa inclusiva.

Podemos dizer que a Agenda 21 aponta para algo como uma “Era da Cultura”, uma era onde possamos pensar a cultura num plano realmente profundo, democrático, emancipatório, inclusivo e sobremaneira entrelaçado com as demais áreas fundamentais para o desenvolvimento humano.

## Referências

---

AGENDA 21 DA CULTURA. Disponível em: <http://www.agenda21culture.net/>. Acesso em: 02 jul. 2010

MORAES, Julio Lucchesi. Economia da cultura e identidades culturais. *Boletim Informações FIPE*, n. 355, p.21-23, abril 2010.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável*. Barueri, SP: Manole, 2007.

---

1 Estamos aqui trabalhando no marco teórico mais amplo quando da definição de cultura. Sobre o assunto, ver o artigo Economia da

cultura e identidades culturais, publicado neste boletim, edição de abril deste ano.

*(\*) Graduado em Ciências Econômicas pela FEA-USP, mestrando em História econômica pela FFLCH-USP. Em 2009, foi um dos ganhadores do Prêmio Carlos e Diva Pinho de melhor monografia em Economia da Arte e Enfoques Humanistas da Economia do Departamento de Economia da FEA-USP. (E-mail: juliolucchesi@gmail.com).*

*(\*\*) Graduado em Ciências Econômicas pela FEA-USP. Em 2009, foi um dos ganhadores do prêmio Carlos e Diva Pinho de melhor monografia em Economia da Arte e Enfoques*